



RESPOSTA RECURSO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2023

RECORRENTE: I DESCOMPLICA LTDA EPP

RECORRIDA: BRAGA SERVIÇOS LTDA

BREVE RELATO

A Recorrente apresentou recurso contra a empresa Braga Serviços LTDA alegando em suma o que segue:

“Na sessão pública, a Recorrida Braga Serviços Ltda. foi declarada habilitada e vencedora do certame.

Ocorre que tanto a vencedora quanto a segunda colocada na fase de lances, a Vitae Cursos Profissionalizantes, descumpriram uma série de exigências do instrumento convocatório, não havendo espaço para a manutenção de suas habilitações.

Contudo, considerando que o interesse recursal é requisito essencial para admissibilidade recursal, a presente peça se voltará apenas contra a habilitação da Braga Serviços Ltda., uma vez que, formalmente, ainda não houve decisão administrativa desta comissão declarando a Vitae Cursos Profissionalizantes como habilitada.

Em caso de provimento do presente recurso e em sendo declarada a Vitae Cursos Profissionalizantes habilitada, a Recorrente manifesta desde já sua intenção de recurso, requerendo a concessão de prazo para apresentação das respectivas razões recursais.

Feitas essas considerações iniciais, passa-se ao mérito recursal.

Ausência de qualificação técnico-operacional

Ofensa ao item 8.5.1 do edital

A Recorrida apresentou apenas dois atestados visando comprovar sua qualificação técnico-operacional, quais sejam: i) atestado emitido pelo Município de Campina Grande do Sul/PR em 30.11.2022, contemplando um total de 1.423,5 horas executadas e ii) atestado emitido pelo Município de Penha/SC em 15.08.2022, contemplando um total de 320 horas executadas.

Vê-se, portanto, que a Recorrida comprovou experiência prévia em atividades compatíveis com o objeto da presente licitação correspondentes a apenas 1.743,5 horas totais.

Trata-se de qualificação técnica insuficiente para dar cumprimento ao item 8.5.1 do instrumento convocatório, que assim dispõe:

8.5.1 Apresentar Atestado de Capacidade Técnica ou declaração emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do emitente e cargo que ocupa, que comprove aptidão para desempenho de atividade



pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Pregão, com experiência mínima em serviços de instrução de esportes ou similares, com desempenho satisfatório, em quantidade igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da quantidade de horas no Termo de Referência;.

Analisando-se o item 4 do Termo de Referência, é possível constatar que o objeto da presente licitação contempla um total de 97.000 horas a serem executadas.

Em resumo, para dar fiel cumprimento ao item 8.5.1 do instrumento convocatório, a Recorrida deveria demonstrar experiência técnico-operacional de pelo menos 48.500 horas de serviços similares satisfatoriamente prestados – condição que nem de longe foi cumprida.

Anote-se, por oportuno, que a exigência de quantitativo mínimo de prazo para os atestados, além de estar expressamente previsto no edital, também é medida determinada pela legislação de regência, pela doutrina e pela jurisprudência¹.

Nesse sentido também é a Súmula 263/TCU: Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

Afinal de contas, a avaliação do porte dos serviços que já foram prestados por uma determinada empresa é importante para que a administração se certifique das condições técnicas da empresa para a execução dos serviços que estão sendo contratados, não somente com relação à quantidade e complexidade dos serviços anteriores, mas também quanto à duração dessa experiência prévia.

[...]

Assim, por não ter comprovado capacidade técnico-operacional na forma que exigida pelo edital, de rigor a inabilitação da Recorrida.

Não apresentação de declarações obrigatórias

Ofensa aos itens 8.5, 8.5.2 e 8.5.3 do edital e 6.4 do TR

O item 8.5 do edital exige que as participantes apresentem declaração específica confirmando que a empresa conhece as características, a complexidade, o volume do objeto licitado, que atende aos requisitos de desempenho e, ainda, que assume total responsabilidade por eventuais ônus decorrentes de danos e pela adoção de ações de correção para que atenda às condições previstas no Edital e seus anexos.

A exigência dessa declaração não se dá por acaso. A complexidade e o vulto do objeto a ser licitado (97.000 horas de cessão de mão-de-obra específica) exige que as empresas conheçam a fundo a vindoura contratação, de modo a isentar esta Administração de quaisquer divergências que possam vir a ser alegadas no curso da execução contratual, em prejuízo do bom andamento da prestação de serviços.



A Recorrida não apresentou referida declaração, nem mesmo afirmou conhecer as condições do objeto na única declaração unificada por ela apresentada.

O mesmo acontece com a declaração exigida pelo item 8.5.3 do edital, que exige que a participante afirme expressamente possuir disponibilidade de profissionais de acordo com as exigências do edital – mais uma regra razoável e proporcional incluída no instrumento convocatório, dado o tamanho e complexidade do objeto.

A bem da verdade, a Recorrida descumpriu praticamente todas as regras editalícias que dizem respeito à comprovação de sua qualificação técnico-profissional.

O item 8.5.2 exige a certidão de registro de pessoa jurídica atualizada e expedida pelos conselhos regionais competentes, em plena validade. Tal certidão não foi apresentada.

Já o item 6.4 do Termo de Referência exige a apresentação de uma série de documentos que comprovem a formação profissional e a proficiência técnica dos colaboradores que serão vinculados ao futuro contrato, a exemplo de diploma, prova de registro no conselho profissional competente, declaração de disponibilidade etc.

Mais uma vez, a Recorrida não apresentou quaisquer desses documentos.

Ou seja, além de deixar de comprovar sua capacidade técnico-operacional (conforme já tratado no item acima), a empresa deixou de comprovar minimamente sua capacidade técnico-profissional, de suma importância em licitações de cessão de mão-de-obra, já que, conforme expôs o plenário do TCU no julgamento do Acórdão 534/2016, “a experiência da empresa na execução é importante, mas não determinante. Sem profissional qualificado, a contratada não tem o mesmo desempenho, mesmo que tenha capacidade gerencial e equipamentos”.

[...]

3.

REQUERIMENTOS RECURSAIS

Por todo o exposto, requer-se de Vossa Senhoria:

- a) O recebimento e processamento do presente recurso administrativo, já que tempestivo, formal e legalmente adequado, intimando a Recorrida para que, querendo, apresente suas respectivas contrarrazões;
- b) No mérito, o seu provimento, para o fim de inabilitar a Recorrida, diante da não comprovação da sua qualificação técnica-operacional, técnico-profissional e pela não apresentação de diversos documentos obrigatórios, nos termos da fundamentação;
- c) Em sendo provido o recurso e declarada habilitada a licitante classificada na sequência (Vitae Cursos Profissionalizantes), a intimação da Recorrente para apresentação das razões recursais em face da decisão de habilitação desta;
- d) Alternativamente, em caso desprovimento do recurso, o encaminhamento do apelo à autoridade superior para nova apreciação, permitindo o acesso ao duplo grau de jurisdição administrativa.”

Por sua vez, a Recorrida se manifestou em sua Contrarrazões alegando em sua defesa o que segue:

“2. RAZÕES PARA O DESPROVIMENTO DO RECURSO

Dos atestados Apresentados

Em suma, em suas razões recursais a Recorrente sustenta que a Recorrida não comprovou estar tecnicamente capacitada na forma exigida no edital. O que não deve ser levado em consideração visto que os atestados apresentados comprovam a perfeita execução e expertise da Recorrida quando se trata de ministrar oficinas e atividades esportivas com o intuito de proporcionar qualidade de vida para a população.

Nesse prisma, o atestado de capacidade técnica é o documento destinado à comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto de uma licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

Em outras palavras, este documento servirá para que a contratante tenha conhecimento se a licitante possui qualificação técnica profissional e/ou operacional para executar o objeto indicado no edital.

Sua finalidade é, também, a de demonstrar que a licitante atuou no ramo pertinente ao objeto. Dessa forma, os atestados apresentados pela Recorrida atendem as exigências do edital quanto a capacidade técnica da empresa em prestar serviços compatíveis com o objeto da licitação, não havendo em que se falar em inabilitação da Recorrida.

O TCU assevera que, apesar de ser permitido a exigência de quantidades mínimas ou prazos máximos relativamente à comprovação de qualificação técnico profissional, cumpre ao administrador atentar para preservar a competitividade da licitação ao máximo possível, mas sem deixar de resguardar o interesse da Administração em contratar empresa que tenha efetivamente condições técnicas de executar o contrato satisfatoriamente, o que se traduz do caso em debate.

Dessa forma, não há qualquer razão para alterar a decisão já tomada, acertadamente, pelo Pregoeira, e que respeita todos os princípios basilares dos certames licitatórios.

Ora, basta a leitura dos atestados de capacidade técnica apresentados pela Recorrida, quais sejam CAMPINA GRANDE DO SUL/PR e PENHA/SC, para perceber que eles guardam estrita relação com o edital, sendo satisfatoriamente aceita pela pregoeira quando do pregão em debate, pois não houve, conforme análise da unidade Técnica, indícios de ausência de atendimento dos itens do edital.

[...]

Outrossim, resta evidente que os atestados apresentados pela Recorrida demonstram atendimento a todos os requisitos do edital, especialmente a capacidade operacional da licitante.

Das Declarações e o Excesso de Formalismo

Sustenta a Recorrente que não foram apresentadas as declarações necessárias exigidas no edital. O que também não deve prosperar visto que a Recorrida apresentou “DECLARAÇÃO UNIFICADA” contemplando a maioria das declarações pertinentes ao certame licitatório. Ou seja, claramente a empresa I Descomplica tenta impor um excesso de formalismo com o propósito



único de inabilitar esta Recorrida baseado em ardilosa artimanha que não deve ser levada em consideração.

Além do mais, a inabilitação do participante devido a um mero vício formal, escusável e sanável confronta-se com o próprio interesse público, fundado na ampla participação de todos os interessados - que, evidentemente, preencham os requisitos básicos exigidos - para oportunizar à Administração a escolha da proposta mais vantajosa, além de ferir o direito de participação do licitante que preencheu as exigências básicas exigidas no certame.

[...]

Repita-se, novamente, a despeito das declarações provenientes do item 8, “HABILITAÇÃO”, do instrumento convocatório, no sentido não haver anexos claros bem como informações suficientemente objetivas para a sua devida formalidade.

Frisa-se, o princípio a vinculação ao edital não pode ser interpretado de forma tão rigorosa a ponto de sobrepor-se ao objetivo da licitação e ao interesse público. A ora recorrida cumpriu com as exigências do edital, assim, em tese, eventual irregularidade formal constatada não se mostra prejudicial aos outros participantes do certame e, ainda, não constituíram ofensa ao princípio da isonomia e economicidade buscada pelo processo licitatório.

[...]

Assim, após tão esclarecedores argumentos sobre o assunto, resta-se, apenas, em reforço ao já explicitado, ressaltar que a forma prescrita no edital não pode ser encarada com excesso de formalismo pela Administração a ponto de excluir do certame concorrente que possa oferecer condições mais vantajosas na execução do objeto licitado, haja vista que demonstrou-se preencher os requisitos exigidos, sendo contrário aos princípios do ato administrativo o excesso formal desarrazoado.

3. REQUERIMENTOS

Por todo o exposto, requer-se de Vossa Senhoria o recebimento e processamento das presentes contrarrazões, já que tempestivas e adequadas, para o fim de negar provimento ao recurso administrativo interposto pela I DESCOMPLICA. – EPP.

Em eventual caso de provimento do recurso, requer o encaminhamento das presentes contrarrazões à autoridade superior para nova apreciação, permitindo o acesso ao duplo grau de jurisdição administrativa.”

Diante dos argumentos de ambos, passamos à análise do mérito.

MÉRITO

DA INOBSERVÂNCIA DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A Recorrente se insurge contra os atestados de capacidade técnica apresentados pela Recorrida



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

FME
Fundação
Municipal de
Esportes

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

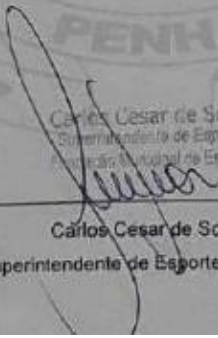
Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa **BRAGA SERVIÇOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº **36.278.994/0001-50**, estabelecida na Rua Avenida Jose Maria De Britto, 1707, bairro Jardim das Nações, município de Foz do Iguaçu, estado do Paraná, prestou serviços a **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE PENHA/SC**, CNPJ nº **04.672.956/0001-90**, referente ao processo de dispensa de licitação e Ordem de Compra **51/2022**, na condição de prestador de serviços de **Instrutores Esportivos**.

Foram prestados serviços de: 1 instrutor de Judô, 1 instrutor de Basquetebol, 1 instrutor de Tennis, 1 instrutor de Tennis de Mesa, 1 instrutor de Futsal, 1 instrutor de Karatê, 1 instrutor de Esportes Adaptados, 1 Auxiliar de Atletismo, totalizando **8 profissionais** com carga de **40 horas** cada, fechando um total de **320 horas**.

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bem o desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Penha, 15 de Agosto de 2022.

Carlos Cesar de Souza
Superintendente de Esportes
Fundação Municipal de Esportes


Carlos Cesar de Souza
Superintendente de Esportes Penha SC



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Pregão Eletrônico nº. 101/2022.

Processo nº. 188/2022.

Ata de SRP nº. 168/2022.

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **BRAGA SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 36.278.994/0001-50, estabelecida na Rua Avenida José Maria de Brito, 1707, bairro Jardim das Nações, Município de Foz do Iguaçu, estado do Paraná, está executando os serviços abaixo relacionados, em atendimento ao procedimento de Pregão eletrônico Pregão Eletrônico SRP nº 101/2022, com vistas a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR OFICINAS E ATIVIDADES ESPORTIVAS, PARA ATENDER OS PROJETOS E PROGRAMAS OFERECIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FAMÍLIA E CULTURA, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO ANEXO I E I.I DO EDITAL.

Código	Descrição	Unid.	Quant.
58164	AULAS DE FUTSAL	H/A	139
56995	AULAS DE VOLEI E VOLEI DE PRAIA	H/A	116
57002	AULAS DE GINASTICA	H/A	172
57001	AULAS DE GINASTICA ARTISTICA	H/A	190
56998	AULAS DE ATLETISMO	H/A	148
59412	AULA DE PILATES	H/A	92,50
58165	AULAS DE KARATE TRADICIONAL	H/A	178
58166	AULAS DE JIU JITSU	H/A	155,5
52218	AULAS DE PRATICA ESPORTIVA	HR	232,5
TOTAL DE HORAS EXECUTADAS			1.423,5

Desempenhando a contento suas atividades, não havendo fatos supervenientes que desabonem sua conduta técnica e comercial dentro dos padrões de qualidade e desempenho e que cumpriu com sua obrigação, não havendo reclamação ou objeção quanto a qualidade do fornecimento até a presente data.

22.3.16
LETICIA GRAZIELLI
DE CARVALHO DA
SILVA:10459869922

Assinado de forma digital por LETICIA GRAZIELLI
DE CARVALHO DA SILVA:10459869922
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=EM
BRANCO, ou=18796875000136, ou=presencial,
cn=LETICIA GRAZIELLI DE CARVALHO DA
SILVA:10459869922
Dados: 2022.11.30 15:12:07 -03'00'

LETICIA GRAZIELLI DE CARVALHO DA SILVA
Pregoeira

Segundo seus argumentos, analisando o item 4 do Termo de referência, é possível constatar que o objeto da licitação contempla um total de 97.000 horas e, que o edital exigia, em seu item 8.5.1, que deveria ser comprovada experiência técnico-operacional de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de horas do termo de referência. Sendo assim, o quantitativo apresentado pela Recorrida em seus atestados não teria contemplado o quantitativo exigido no item 8.5.1.



Analisando os referidos atestados, de fato, não há o atendimento da exigência editalícia.

Ainda que a Recorrida em suas contrarrazões invoque a inconstitucionalidade de exigências excessivas no tocante à qualificação técnica, é indiscutível que não houve impugnação ao edital.

A Recorrida, assim como qualquer interessado, poderia ter se insurgido contra a exigência editalícia constante do item 8.5.1, mas preferiram silenciar e apresentar documentação que não atende ao edital de Pregão.

Sendo assim, esgotado o prazo para impugnação ao edital sem qualquer insurgência, suas cláusulas passam a ser lei entre os licitantes, ficando o Pregoeiro obrigado a seguir fielmente suas cláusulas, sob pena de beneficiar um licitante em detrimento de outros, e assim ferir o princípio da isonomia e vinculação ao instrumento convocatório.

Ademais, invocar a necessidade de evitar o excesso de formalismo valeria no caso de análise de documentos que pudessem ser sanados de alguma forma. Porém, neste caso, a única forma de sanar o desatendimento ao item 8.5.1 do edital seria com a juntada de mais atestados que somados atingissem o quantitativo de 50%, e esta flexibilização ensejaria a juntada de documento novo, o que não é permitido.

O mesmo se aplica às demais exigências não atendidas, quais sejam: ausência das declarações constantes dos itens 8.5, 8.5.2, 8.5.3 e 6.4 do Termo de Referência. A ausência de declarações em tese até poderia ser sanada durante a sessão, mas a ausência de informações exigidas no item 6.4 do TR se referem à informações bem mais complexas, não sendo possível acatar a justificativa de que a inabilitação por esta ausência caracterizaria excesso de formalismo.

Até porque, não é afirmação da recorrida de que “[...] a despeito das declarações provenientes do item 8, “HABILITAÇÃO”, do instrumento convocatório, no sentido de não haver anexos claros bem como informações suficientemente objetivas para a sua devida formalidade.” Demonstra a ausência de zelo da recorrida que sequer buscou através de pedidos de esclarecimento sanar suas dúvidas que desde o primeiro momento deveriam ter culminado na sua inabilitação.

Sendo assim, não resta outra alternativa senão seguir as exigências editalícia e acatar os argumentos da recorrente.

DECISÃO

Por todo o acima exposto, CONHEÇO do RECURSO apresentado pela empresa I DESCOMPLICA LTDA EPP para no mérito DAR-LHE PROVIMENTO, alterando o resultado do Pregão Eletrônico nº 22/2023 , declarando INABILITADA empresa GRAGA SERVIÇOS LTDA . Remeta-se à autoridade superior para análise e manifestação.

Navegantes, 05 de fevereiro de 2024.

Carla Claudino
Pregoeira

Assinado eletronicamente por:
Carla Claudino
CPF: ***.685.139-**
Data: 05/02/2024 16:57:12 -03:00





MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: E39C7-PZVZJ-4YWJS-LSH5S

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ Carla Claudino (CPF ***.685.139-**) em 05/02/2024 16:57 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
201.55.107.178	Não disponível
Autenticação	carla.claudino@navegantes.sc.gov.br
Email verificado	
w1xde2307SliVJEkhAMvi3PhVjb8kYxx+EwW7WkntG4=	
SHA-256	

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.silosign.com.br/validate/E39C7-PZVZJ-4YWJS-LSH5S>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.silosign.com.br/validate>